

Com que roupa eles vão à festa da Carta

Depois da luta, a conduta é outra: constituintes querem mesmo o brilho da moda

MARIA LIMA
Da Editora de Política

A festa de promulgação da nova Constituição brasileira é tão importante quanto uma festa de casamento ou tão emocionante como o resultado de uma eleição. E com este espírito que muitos constituintes vêm se preparando desde ontem para este grande momento. Os preparativos incluem desde banhos de imersão para um completo relax até máscaras faciais para descansar a pele. "Vou estar embrulhada para presente", anuncia a deputada Dirce Tutu Quadros (PSDB/SP).

Sentindo-se como uma verdadeira noiva às vésperas do casamento, a deputada Beth Azize (PSDB/AM) confessou que acordou ontem bem cedo e não conseguiu pensar em outra coisa senão na festa de hoje. Disposta a se apresentar "bem bonita" em todas as solenidades previstas, cuidou pessoalmente de engomar e passar os dois modelos preparados especialmente para a data. — Eu não deixei a empregada passar a minha roupa porque ela não estava sentindo a mesma emoção que estou sentindo — explica a deputada amazense. No culto ecumênico ela vai usar um vestido rosa pastel, "de uma seda muito suave", e à tarde um cáfta egípcio bordado com pedrarias comprado no Cairo. "Só estou preocupada com o meu sapato. É caríssimo, de tecido, e se chover na hora da missa vai estragar", alarma-se a deputada.

Tudo pronto em casa, à tarde ela saiu para dar um

corde especial no cabelo, que durante os trabalhos da Constituinte trazia preso, sem tempo de arrumar melhor. A Noite Beth Azize reservou para promover uma sessão de relaxamento total. Tomou um demorado banho de imersão preparado com ervas amazônicas — mukura kahá — e aplicou uma máscara de mel no rosto para descansar a pele. "Estou me preparando com tal entusiasmo como há muito eu não fazia".

A ansiedade e a excitação também tomaram conta do deputado Inocêncio Oliveira — vice-líder do PFL na Constituinte. Ele conta que não conseguiu dormir bem durante a madrugada de ontem, pensando em sua participação em todas as solenidades programadas. "Fiquei analisando a minha participação na elaboração desta Constituição, se realmente foi satisfatória e se atendeu às expectativas do povo que pra cá me trouxe".

Sem conseguir dormir, levantou bem cedo e seguiu para o gabinete do líder José Lourenço, com quem conversou demoradamente. Daí saiu para participar da criação do "bosque da Constituinte". Ao deputado permanebucano coube plantar um ipê branco, embora preferisse plantar um pajuá, árvore típica de sua região.

Quando chegou em casa se distraiu um pouco lendo telegramas de congratulações que lhe foram remetidos pelos amigos e depois retornou ao gabinete da Câmara. "Tentei trabalhar um pouco mas não consegui ordenar nada por causa da excitação e a emoção.

Como Beth Azize, sua roupa também é especial. Mandou confeccionar em São Paulo um tailleur de seda azul estampado, que usará com um conjunto de bolsa e sapato de palha de rafia. "Vou estar embrulhada para presente", brinca a deputada.

Só pensava na festa". Ele revela que só sentiu esta euforia antes às vésperas de sua eleição e nos dias que antecederam a posse frustrada do presidente Tancredo Neves.

A roupa que usará nas solenidades de hoje foi comprada há alguns dias com a ajuda da esposa Ana Elisa. "Compramos tudo novo, terno, camisa, gravata e sapato. Vou estar impecável", diz. Como exige o protocolo encaminhado aos constituintes pela Mesa, o terno será escuro, o que contrariou um pouco a disposição do deputado Gerson Peres (PDS/PA) — conhecido pela falta de jeito em combinar ternos e gravatas no dia-a-dia — de enfiar um vistoso terno branco, composto com uma grava ta matizada de vermelho.

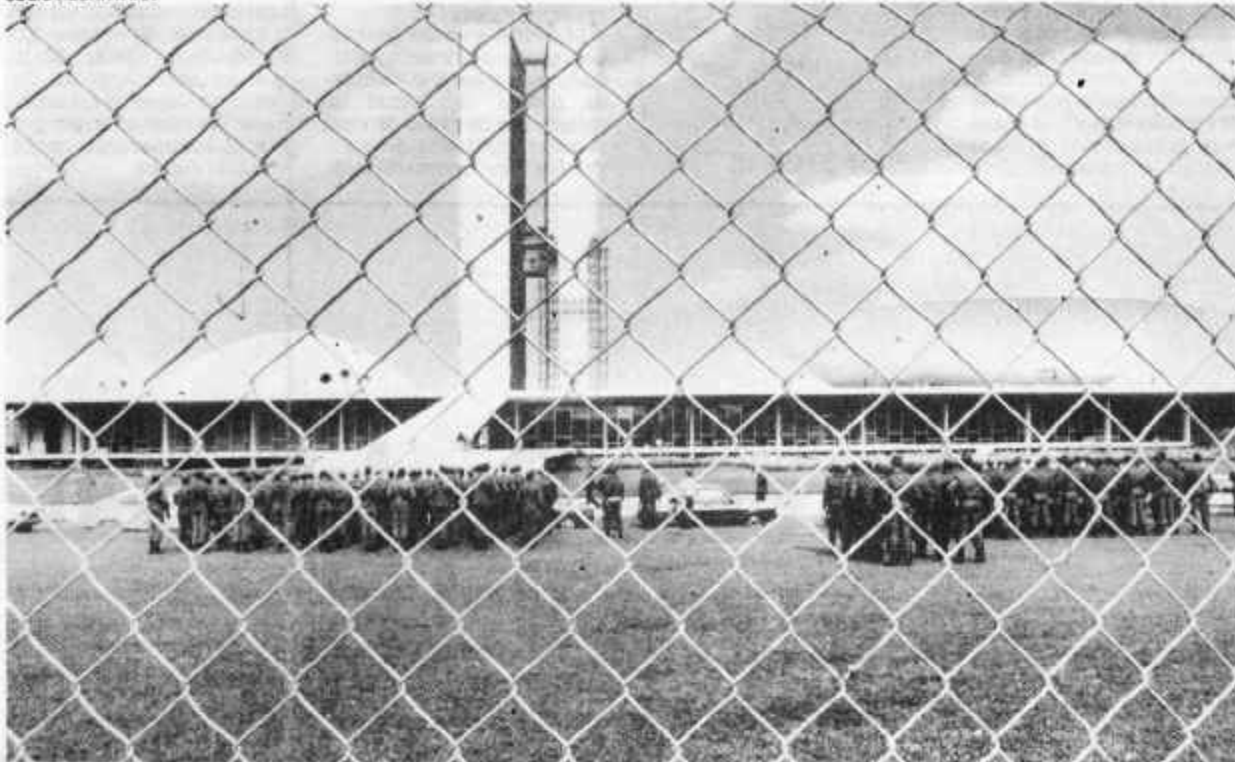
— Fiz um pacto com o Victor Facção de que adentraríamos o plenário de branco, como símbolo de vida nova. Mas vou usar um terno preto especial, como manda o protocolo. Vou estar dentro do figurino — garante.

A deputada Dirce Tutu Quadros (PSDB/SP), listada como uma das mais elegantes constituintes, considera "um verdadeiro milagre" presenciar hoje a promulgação da nova Constituição. Enfrentando dificuldades desde o início, quando se viu obrigada a ressuscitar o PTB em São Paulo para ter uma legenda com a qual se candidatar, sem apoio na campanha — "só uma pequena ajuda do Antônio Ermirio de Moraes".

— Acho que minha emoção supera à de todos os constituintes por isso vou me preparar com muito carinho. Vou me dar ao luxo de acordar mais tarde e dar minha caminhada pela quadra. Volto pra casa, tomo meu banho de imersão e me aponto para as duas e meia pegar meu lugarzinho no plenário — anuncia Tutu.

Lucena enumerou os principais pontos que levarão a esta nova realidade do processo legislativo: princípio da independência e da harmonia entre os poderes; retomada da iniciativa das leis sobre todas as matérias, exceto as privativas do Executivo; abolição do decreto-lei; iniciativa popular na formulação das leis; maior ação fiscalizadora do Legislativo; possibilidade de derrubar veto presidencial.

JULIO ALCANTARA



Uma cerca de ferro vai separar o público do ato de promulgação da nova Carta

Cartilha do Congresso vai educar povo

O presidente do Congresso Nacional, Humberto Lucena, lançou ontem a cartilha de educação política "Quem manda em sua Casa?", visando levar a todo o Brasil informações sobre o funcionamento do Poder Legislativo e, principalmente, a importância do voto de cada eleitor. No discurso de encerramento do seminário "O novo Legislativo e a opinião pública".

Lucena enumerou os principais pontos que levarão a esta nova realidade do processo legislativo: princípio da independência e da harmonia entre os poderes; retomada da iniciativa das leis sobre todas as matérias, exceto as privativas do Executivo; abolição do decreto-lei; iniciativa popular na formulação das leis; maior ação fiscalizadora do Legislativo; possibilidade de derrubar veto presidencial.

Esquema de segurança afasta povo da festa

Um número não muito maior que três mil pessoas poderá ocupar os gramados em frente ao Congresso Nacional hoje à tarde. Isto é o máximo que comporta a área do canteiro central do gramado, onde ficará confinado o público que for até a Praça dos Três Poderes. Para evitar que a população aproxime-se a uma distância menor que 200 metros do prédio do Congresso, os organizadores da festa de promulgação instalaram uma cerca de ferro de um metro de altura em volta de toda a parte central do gramado.

Além de manter o público longe do prédio, a cerca vai ter a finalidade adicional

de isolar o trajeto do presidente Sarney, que passará com sua limusine a 20 metros das grades. O acesso pelas laterais superiores do gramado será impedido por uma cerca humana de 200 policiais militares.

O esquema de segurança reforçado contrasta com o adotado na abertura da Constituinte, quando o isolamento do público foi feito apenas com cordas. O diretor legislativo da Câmara, Hélio Dutra, um dos coordenadores da solenidade de promulgação, lembra a presença dos convidados estrangeiros para justificar o aparato de segurança.

— Nós somos os responsáveis por estas autoridades. Faz parte do cerimonial", comenta Dutra.

A idéia inicial do primeiro-secretário da Constituinte, Marcelo Cordeiro, era patrocinar a realização de uma grande festa popular no gramado durante as cerimônias de promulgação, com a montagem de um palanque para a apresentação de conjuntos de música popular e de um telão. Sem palanque nem telão, e com as grades de isolamento, dificilmente o público que for à Praça dos Três Poderes hoje terá disposição para comemorar.

Estrangeiros chegam para festa

Parlamentares de diversos países que têm estreita relação com o Brasil participam hoje da solenidade de promulgação da nova Constituição brasileira, em que o presidente da Assembleia Legislativa de Portugal, Vitor Pereira Crespo, será um dos oradores. Ele foi convidado pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para falar em nome dos países convidados.

Vitor Pereira Crespo, presidente do órgão máxi-

mo do parlamento português, falará depois do deputado Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização e antes do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães.

A pedido de Ulysses, O Itamarati despachou, através de suas embaixadas, convites para todos os presidentes de órgãos legislativos do continente americano — com exceção do Chile, que não tem parla-

mentodesde 1973 —, de dois países europeus — Espanha e Portugal — e dos países africanos de língua portuguesa.

Cuba enviou o presidente da Assembleia Nacional Popular, Severo Aguirre, enquanto o Peru estará representado pelo presidente do Senado, Romoaldo Piaggio Vieram, ainda, o vice-presidente do Uruguai, Enrique Tarigo, e um deputado argentino Marcelo Sturbin.

Injunção pode ser aplicada em 15 dias

O primeiro projeto regulamentando o mandato de injunção foi encaminhado ontem pelo senador Rui Bacelar (PMDB-BA) e deverá ser lido na sessão de amanhã. Bacelar, autor da emenda, acha que o projeto será votado ainda nesta quinzena.

Bacelar esperava que o mandato de injunção fosse aprovado como propôs, o que o tornaria auto-aplicável. Contudo, a Constituinte determinou a necessidade de regulamentação, o que obrigará o Congresso estabelecer um rito mais rápido para o reconhecimento do direito invocado.

NORMAS

De acordo com o projeto, conceder-se-á mandato de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

A competência para o processo e julgamento do mandato de injunção será:

1 — do STF quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuída ao Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do TCU, de um dos tribunais superiores ou do próprio STF;

2 — do Superior Tribunal de Justiça quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuída ao órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do STF e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal.

3 — do Tribunal da Justiça dos Estados e do Distrito Federal, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuída ao Governador, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas local, de Tribunais estaduais inferiores, do próprio Tribunal de Justiça de órgão, entidade ou autoridade estadual ou distrital, da administração direta ou indireta;

4 — da Justiça estadual de primeira instância quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuída ao Prefeito, da Câmara de Vereadores, do Tribunal de Contas, órgão, entidade ou autoridade municipal, da administração direta ou indireta.

Arraes já tem governador para a ilha

IVALDO ARAUJO
Correspondente

Recife — O governador Miguel Arraes indicou ontem o seu secretário de Planejamento, Cláudio Marinho, para administrar o arquipélago de Fernando de Noronha, não levando o chefe do Executivo pernambucano em conta a irritação do presidente Sarney pelo fato de não ter colaborado, sustentando a nomeação até que o jornalista Fernando Cesar Mesquita, ainda como governador do Território, recebesse, ali o presidente da Venezuela, Jaime Lusinchi. Conforme prometera, Arraes nomeou o administrador e determinou sua posse para quinta-feira, imediatamente após entrar em vigor a nova Constituição.

O governador Miguel Arraes está no propósito de não questionar agora a decisão do Presidente da República de transferir os bens móveis do território para a União. "Não queremos fazer tempestade em copo d'água em torno do problema", argumentou o governador, embora esta tranquilidade não seja compartilhada por boa parte de sua assessoria e da banca federal pernambucana, que recorrerá ao Judiciário.

O novo administrador do território de Fernando de Noronha viajará nesta quarta-feira para a ilha, a fim de supervisionar os preparativos para a posse na quinta-feira, às dez horas, com a presença do governador Miguel Arraes, Cláudio Marinho vai acumular a administração do território com a Secretaria de Planejamento, e à frente da recém-criada Comissão Executiva do Arquipélago de Fernando de Noronha começará o levantamento das necessidades da ilha. A comissão será constituída por servidores requisitados.

Após a assinatura do decreto do governador nomeando o administrador do território, Cláudio Marinho disse que o Estado dispenderá cerca de 100 milhões de cruzados por mês com a administração de Fernando de Noronha, metade disso com transporte, abastecimento, pessoal e despesas administrativas, havendo a possibilidade de, a médio prazo, o arquipélago se auto-sustentar.



Tutu Quadros e Beth Azize: hoje, de roupa nova

